ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO IPRC – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO, realizada aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, online pelo canal Meet, com a presença da Conselheira Sandra Tinós e Neide Heloisa Outeiro Pinto e presencialmente, na sede do Instituto, com início às 14h15min, sendo apresentada inicialmente pela Secretária Luciana e depois pelo Superintendente, Senhor Lineu Vianna de Oliveira. Estiveram presentes o Superintendente Lineu e os conselheiros: Presidente Gesner Lino de Oliveira, Secretaria Conselheira Luciana de Lourdes dos Santos, conselheiros Diego Reis, Daniel Carlos Carrilo e o conselheiro Jader Cervezan justificou ausência. A pauta enviada anteriormente foi atas, situação atual dos repasses e pagamentos, entrada de ofícios, recados diversos do superintendente como: encaminhamento dos terrenos, reforma da previdência, parecer sobre precatórios, ofício encaminhado para o atuário sobre novas migrações, terrenos, investimentos financeiros, calendário e balancetes de março a junho já realizados pelo Conselho Fiscal. Após a aprovação das atas anteriores já enviadas, o Superintendente nos mostrou pela documentação bancária que os repasses e pagamentos de 2021 continuam sendo realizados em dia, apenas o atuarial, que vence até 31/12, ainda não repassado, mas está dentro da lei; nos apresentou o ofício da chefia de gabinete, Sra. Ciciliana Ap. Di Batista, nos informando que os ofícios em relação aos terrenos foram encaminhados para avaliação e providências junto a Secretaria de Habitação. Continuando, solicitamos ao superintendente notificar novamente ao executivo que o processo de venda dos terrenos é complexo, alertando sobre o tempo viável já está em esgotamento, que em relação a reforma da previdência ele já estava desenvolvendo a proposta e os cálculos para apresentar ao executivo, enviando anteriormente para nós, aproveitamos para solicitar um parecer em relação a dívida que já está nos precatórios para melhor acompanharmos, verificamos que no D.O, do municípios nenhuma empresa foi contratada para o desenvolvimento de uma reforma da previdência para a prefeitura de Rio Claro, também solicitamos, devido a pedidos de alguns servidores um parecer sobre a possibilidade de novas migrações, mas a mesma depende do poder executivo que não vê viabilidade e vantagens para prefeitura o momento. Em relação aos investimentos e confrontando com os dados das análises do Conselho fiscal e os balancetes enviados verificamos que a oscilação no mercado tanto da renda fixa quanto da variável continua a oscilar, todavia, com os repasses em dia e, ainda com o rendimento negativo da renda fixa do mês de março negativa (renda fixa R$-51.504,42) as receitas foram superiores as despesas e oscilações dos rendimentos entre os meses de março a junho de 2021, gerando um saldo um saldo positivo que foi adicionado aos investimentos, finalizando a carteira de investimento do mês de maio analisado em junho no valor de R$371.074.649,40. Assim, o Conselho Fiscal apontou a aprovação das contas dos meses de março a junho de 2021, no qual após tirarmos algumas dúvidas em relação a novas prestações de serviços e uma dúvida em relação ao COMPREV pago ao INSS, esclarecido que foi em função da exoneração solicitada por servidores e que se aposentaram no INSS, ratificamos os pareceres do Conselho Fiscal e aprovamos as contas do instituto durante estes meses. Agora no aguardo das respostas e ações do executivo os quais não nos cabe mais nada além de orientar e apontarmos os prazos. A reunião foi encerrada às 16 horas e 15 minutos na qual foi lavrada a presente ata, que será objeto de leitura e aprovação por e-mail até a próxima reunião, sendo assinada por mim, Luciana de Lourdes dos Santos, Secretária do Conselho e, demais membros, enviada para publicação.